



**OBSERVADOR RURAL**  
**Nº 83**  
**JANEIRO DE 2020**

**POBREZA NO MEIO RURAL:  
SITUAÇÃO DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS  
CHEFIADAS POR MULHERES**

**Aleia Rachide Agy**

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR ([www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento

## **POBREZA NO MEIO RURAL: SITUAÇÃO DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES**

Aleia Rachide Agy<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres tem crescido nos últimos anos em Moçambique, com destaque para o meio rural, onde os índices de pobreza são elevados, sobretudo entre as mulheres chefes de agregados familiares.

Ao longo deste texto procura-se analisar a situação socioeconómica das famílias monoparentais chefiadas por mulheres em seis distritos, localizados no Norte (Mon apo e Nacarôa), Centro (Angónia e Marara) e Sul do país (Zavala e Chongoene). De forma particular, o estudo reconheceu os diferentes tipos de famílias monoparentais existentes, caracterizou a sua situação económica e social, e identificou os agregados familiares que vivem em situação de privação e de pobreza. O texto demonstra que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são constituídas por grupos heterogéneos, onde as viúvas se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade, contrastando com demais famílias monoparentais, em resultado de trajetória migratória masculina.

**Palavras-Chave:** Famílias monoparentais, mulheres, pobreza, meio rural.

---

<sup>1</sup> **Aleia Rachide Agy**, Mestre em Gestão de Empresas, pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e Mestranda em Estudos sobre as Mulheres – Género, Cidadania e Desenvolvimento, pela Universidade Aberta de Lisboa. É Pesquisadora Assistente no Observatório do Meio Rural.

## 1. INTRODUÇÃO

Moçambique ocupa a posição 180 entre 189 países analisados em 2018 pelo relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estando entre os países com maior incidência de pobreza. O mesmo documento refere que, em relação ao índice de desigualdade de género, o país encontra-se na posição 138 de um total de 160 países analisados.

A população em Moçambique é, na sua maioria, composta por mulheres (52%) vivendo a maioria no meio rural, onde os índices de pobreza afectam 50,1% (IOF 2014/15) dos agregados familiares. Os níveis de privação dos indicadores de bem-estar (IOFs<sup>2</sup> 2002/3; 2008/9; 2014/15) relacionados com as condições da habitação, acesso aos serviços de saúde, educação, energia, água, e saneamento são elevados nos agregados familiares chefiados pelas mulheres.

No mesmo contexto, as mulheres enfrentam barreiras para a obtenção de recursos, como rendimentos, terra, crédito comercial, serviços de extensão, bem como outras formas de discriminação, factores que, combinados, colocam os agregados familiares chefiados por mulheres em ciclos viciosos de baixos rendimentos e consumo. O Governo de Moçambique, através do PARPA I<sup>3</sup> (2001-2005) e PARPA II (2006-2009) projectava diminuir a incidência da pobreza absoluta das populações mais carenciadas e desfavorecidas, através do desenvolvimento de infra-estruturas básicas, melhoria da governação, aposta na actividade agrícola e desenvolvimento do capital humano. Este objectivo continua a fazer parte do Governo de Moçambique, através do plano quinquenal do Governo (2015-2019) que promove nos seus objectivos estratégicos, a igualdade e equidade de género nas diversas esferas de desenvolvimento económico, social, político e cultural, bem como assegura a protecção e desenvolvimento integral da criança e garante a assistência social às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade (GdM, 2015). No entanto, os dados do IOF revelam uma crescente feminização da pobreza, derivada da existência de desigualdades socioeconómicas, sobretudo nas zonas rurais.

As províncias de Nampula (Monapo e Nacarôa), Tete (Angónia e Marara), Inhambane (Zavala) e Gaza (Chongoene) apresentaram, na última avaliação da pobreza (IOF 2014/15), grandes variações, nas taxas de pobreza. Estas mudanças nas taxas de pobreza são justificadas a partir das mudanças verificadas na produção agrícola, nos preços dos bens alimentares e na existência de oportunidades de rendimento fora da agricultura (IOF), bem como, através do baixo nível de educação do agregado familiar, precariedade na habitação, saneamento e saúde debilitada (Tvedten *et. al.*, 2008; Valá, 2019).

O presente trabalho tem a seguinte estrutura: no primeiro capítulo, a introdução onde se apresenta, de forma breve, o assunto em discussão. O capítulo segundo apresenta as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, nomeadamente, a sua classificação, a sua evolução estatística e a sua relação com a pobreza. No capítulo terceiro, refere-se a essência dos objectivos do estudo e da respectiva metodologia. No quarto capítulo, apresenta-se o estudo de caso, onde se referem as características sociais das famílias monoparentais. No quinto capítulo analisa-se a situação socioeconómica das famílias monoparentais chefiadas por mulheres nos distritos em estudo. No sexto capítulo apresentam-se as reflexões finais e, por fim, a bibliografia.

---

<sup>2</sup> Inquéritos ao Orçamento Familiar – IOFs (Chipembe, 2015).

<sup>3</sup> Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta - PARPA (Moçambique, 2001).

## 2. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES

### 2.1. Contexto moçambicano de famílias monoparentais

O termo legal de família em Moçambique é definido no artigo 2 da lei da família nº 10/2004, onde família é entendida como a comunidade de membros ligados entre si por parentesco, casamento, afinidade e adoção. É ainda reconhecida como entidade familiar, para efeitos, patrimoniais, a união singular, estável, livre e notória entre um homem e uma mulher.

As famílias monoparentais são caracterizadas pela ausência de um dos adultos da cabeça do casal. De acordo com Ximena Andrade *et. al.* (1998, p. 44), na sequência da guerra dos 16 anos, surgem no país excessivos grupos de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. A maioria é proveniente de famílias rurais e alargadas, que estiveram no conflito armado, seja a partir do serviço militar "obrigatório", seja via rapto. Num grupo em confronto militar, as mortes de seus companheiros e a gravidez provocava a retirada e desmobilização das mulheres que, na condição de viúvas e mães, vêm-se a assumir a sua família de forma individual.

As famílias monoparentais chefiadas por mulheres tornam-se visíveis, em termos percentuais, a partir do segundo censo realizado em 1997<sup>4</sup> em Moçambique, onde o número de AFCM representava 10% do total das famílias moçambicanas. Estudos realizados por Andrade *et. al.* (1998, p. 43) revelam que os agregados familiares que mostravam tendências de crescimento em ordem decrescente eram os compostos por mulheres viúvas, abandonadas e separadas.

As famílias monoparentais chefiadas por mulheres, apesar de todas terem vários denominadores em comum, viverem sozinhas com filhos, netos e/ou irmãos, e procuram formas de sustento do seu agregado familiar. Estes agregados familiares contêm diferenças que podem ser expressas na análise das particularidades que cada grupo dos agregados (ver figura 1).

No caso de AFCM viúva, a ruptura é obviamente nítida. Nestes agregados é possível, igualmente, encontrar aquelas mulheres que perderam o seu marido muito cedo, significando que podiam, com a idade que tinham, contrair um novo casamento. Contudo, muitas coabitam apenas com os seus filhos e, portanto, assumem todas as tarefas tradicionalmente destinadas aos homens para sustentar o seu agregado familiar, até os filhos atingirem a idade adulta, e se tornarem responsáveis pelo sustento da mãe. Existem ainda aquelas mulheres que, sem muitas condições de sobreviver sozinhas após a morte do marido, continuam a viver em casa de seus sogros que apoiam no seu sustento e no cuidado com as crianças (Andrade, *et. al.* 1998).

No grupo dos AFCM divorciadas ou separadas, o marido, por diferentes motivos, opta por seguir por outros caminhos que não incluem a coabitação com a mãe de seus filhos<sup>5</sup>. Estas mulheres, dependendo da sua idade, contam com o apoio de familiares para conseguir sobreviver. As que assim não procedem, vivem em condições de miséria ou abandonam as suas

---

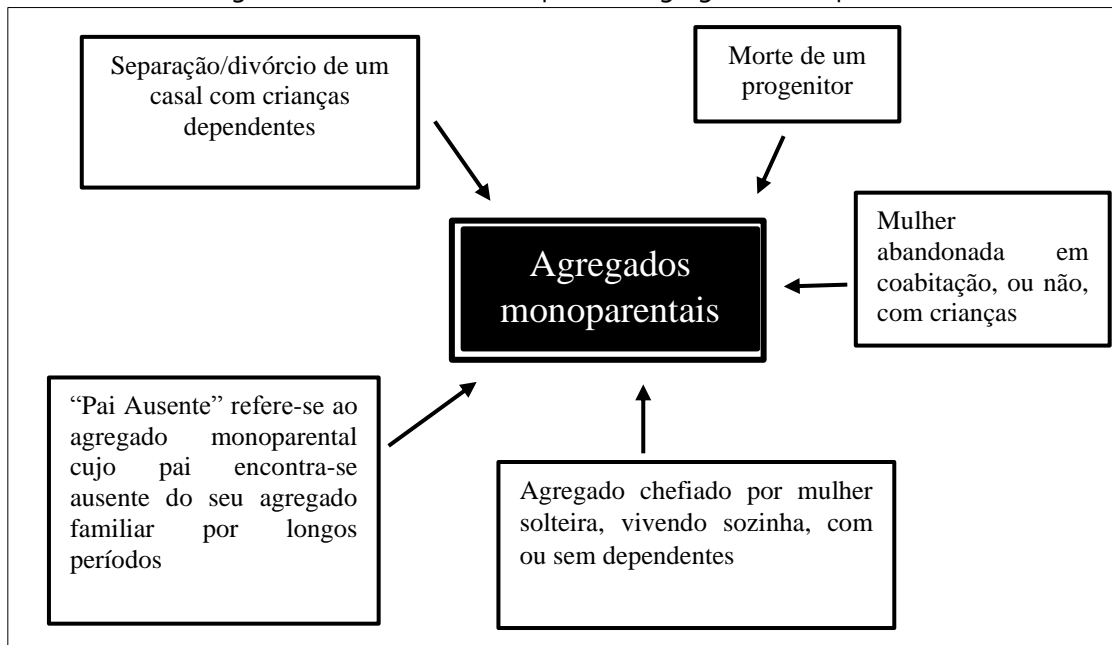
<sup>4</sup> Censo da população 1997 (Instituto Nacional de Estatística - INE).

<sup>5</sup> Nestes casos o progenitor presente deve assumir as funções de responsável pela criança, desde que respeite as funções do outro, pois um pai nem sempre responderá da mesma forma que uma mãe o faria sobre determinada questão ou vice-versa, sobretudo à questão inerente à identidade de género (Butler, 1990). Contudo, verifica-se que quase sempre é a mãe quem tem o papel mais activo na construção dos papéis parentais pós-separação. Nos casos das famílias monoparentais de pessoas separadas ou divorciadas, a mãe é quem lida diariamente com os cuidados e educação da criança (Hintz, 2001).

crianças à própria sorte, ou casam-se de novo, incluindo para famílias poligâmicas<sup>6</sup> (Andrade, *et al.* 1998).

Existem também os agregados familiares chefiados por mulheres cujo marido migrou, estando ausente por mais de 6 meses<sup>7</sup>.

Figura 1: As vias de entrada para um agregado monoparental.



Fonte: criação livre da autora.

## 2.2. Evolução estatística de famílias monoparentais chefiadas por mulheres em Moçambique

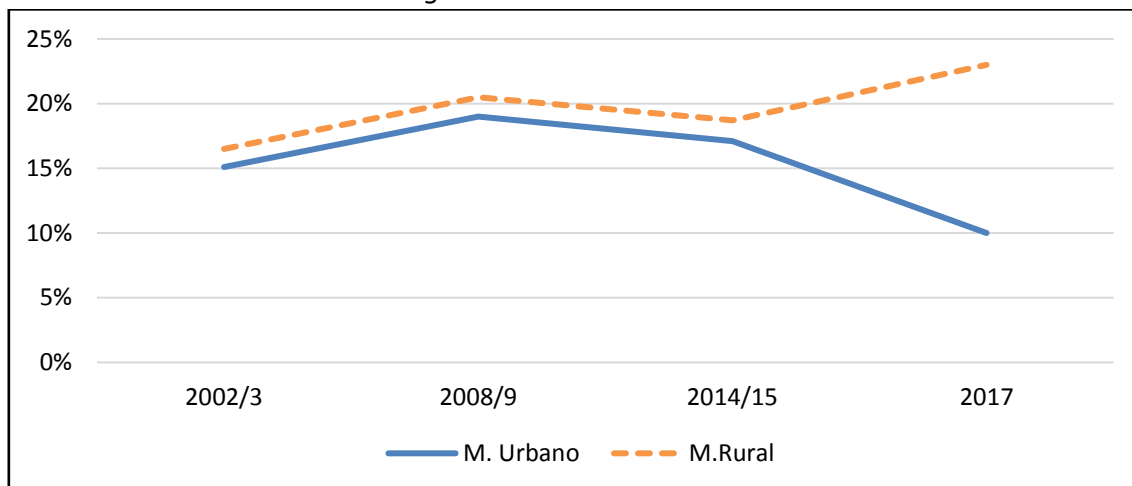
Os inquéritos ao orçamento familiar (IOF, 2002/3; IOF 2008/9; IOF 2014/15) demonstram que a maioria dos agregados familiares em Moçambique é chefiada por homens, sendo que os agregados familiares chefiados por mulheres representam 18% das famílias no país. Nota-se, no gráfico 1 adiante, que as famílias chefiadas por mulheres residem, sobretudo, no meio rural, onde se encontra a maioria da população feminina em Moçambique. Com tendências crescentes (de 2002/3 a 2008/9) e decrescentes (de 2008/9 a 2014/5), as taxas de famílias chefiadas por mulheres que vivem no meio rural chegou a atingir, no Censo de 2017, 23% dos agregados familiares rurais. Andrade *et al.* (1998) e Collier (2007) demonstram que os agregados familiares chefiados por mulheres localizadas no meio rural são compostos por mulheres viúvas, abandonadas, separadas ou cujo marido migrou. Contudo, os dados do IOF (2014/15) revelam que o crescimento do número de chefaturas femininas é verificado em

<sup>6</sup> Embora a origem da poligamia não se possa determinar com exactidão, existem alguns costumes que concedem à primeira mulher o estatuto de principal e as outras são consideradas como segundas esposas (Engels, 1984). A poligamia não implica necessariamente a co-residência das diferentes esposas (Loforte, 2000). Esta co-residência tem um significado diferente no meio rural, já que cada uma das mulheres possui a sua palhota e não tem de partilhar o mesmo espaço físico de habitação com as outras (Junod, 1996, p. 287).

<sup>7</sup>As migrações masculinas são para os países vizinhos, como África do Sul (mais frequente na região Sul do país) e para Zimbabwe e Malawi (na região Centro e Norte) e dentro de Moçambique, particularmente para as cidades. As mulheres chefes de agregados familiares ficam responsáveis por gerir todas as tarefas agrícolas e domésticas.

mulheres cuja idade é mais avançada. Assim, no estrato das mulheres com mais de 50 anos de idade, a percentagem de mulheres que são chefes tende a aumentar atingido mais de 50%, situação que poderá estar relacionada com o aumento do número de viúvas e separadas. No meio urbano, e em virtude do alargamento da idade de escolarização e de adiamento da entrada na vida activa, encontra-se um número considerável de mulheres solteiras (que não celebraram um casamento civil). No último IOF (2014/15) este agregado cresceu em cerca de 2,0% em relação ao IOF de 2008/9.

Gráfico 1: Taxas de agregados familiares chefiados por mulheres em Moçambique, segundo o local de residência.



Fonte: IOF, 2002/3; IOF 2008/9; IOF 2014/15 e Censo 2017.

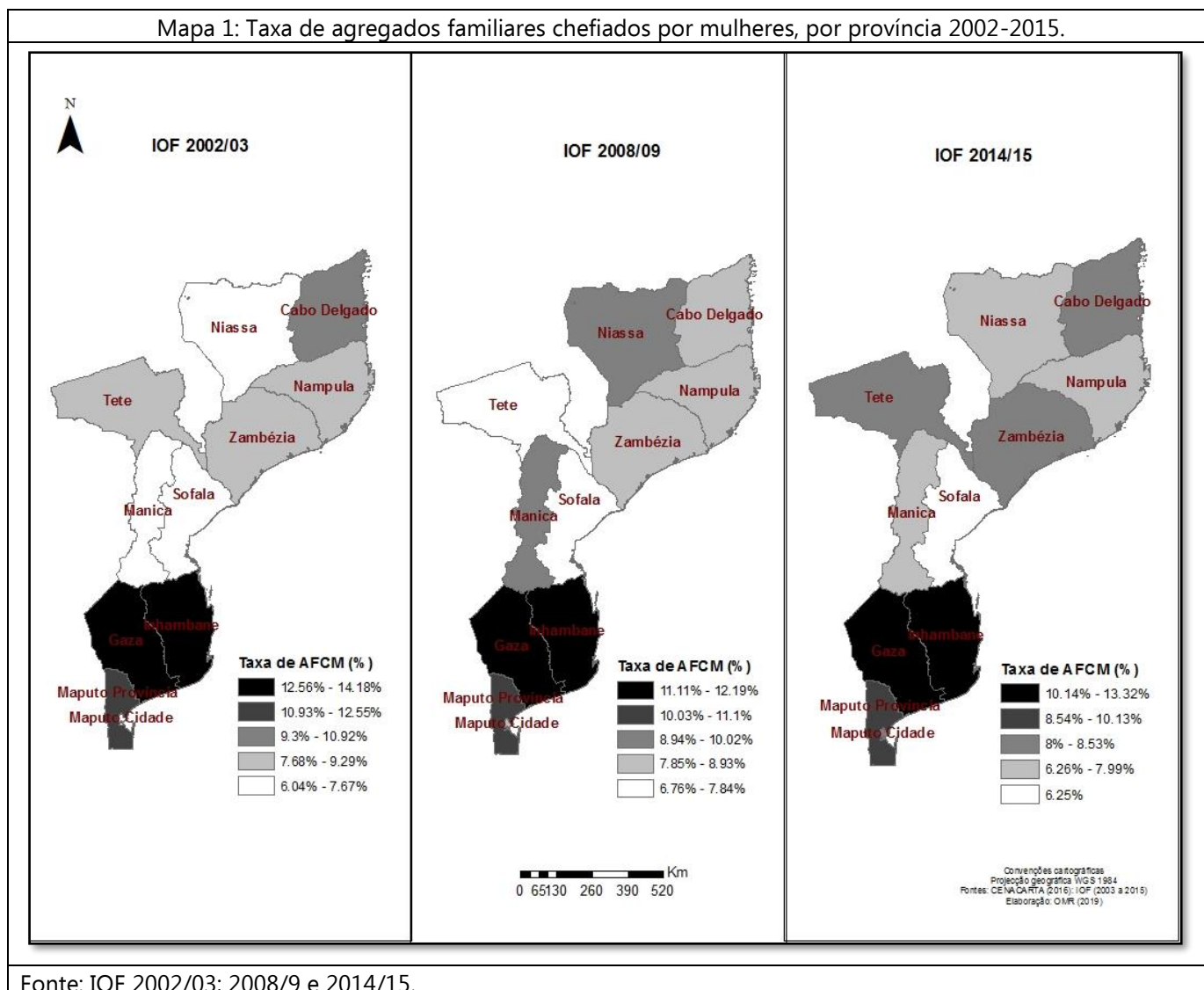
A distribuição das taxas de chefatura por província é apresentada no Mapa 1. Os dados indicam uma variação, destacando-se na região Norte do país a província de Niassa, com um crescimento da taxa de agregados chefiados por mulheres em cerca de 8,0% de 2002/3 a 2008/9 e a província de Nampula, com um crescimento de aproximadamente 3,0% no mesmo intervalo de tempo.

Na região Centro do país, no IOF de 2002/3, as províncias de Zambézia (14,3%) e de Tete (14,4%) destacaram-se pela presença de maior percentagem AFCM, tendo, seis anos depois (IOF 2008/9), aumentado nestas províncias. Nota-se, ainda, um aumento de cerca de 10,0% na taxa de AFCM na província de Manica e 5,0% na província de Sofala. No IOF de 2014/15 as taxas de AFCM reduziram, sobretudo nas províncias de Zambézia (17,6%), Manica (16,4%) e Sofala (12,9%).

Por sua vez, na região Sul do país, a província de Gaza (24,9%) apresentava, em 2002/03, a maior taxa de AFCM da região, em particular, e do país, em geral, sendo que nos anos subsequentes (tanto no IOF 2008/9 como de 2014/15) as taxas mantiveram-se em 27%, um por cento a menos que a província de Inhambane. Esta última província, por sua vez, representa a província com altas taxas de AFCM, sobretudo nos IOF de 2008/09 e 2014/15, onde aproximadamente um terço das famílias nesta província era chefiado por mulheres. A província de Maputo apresentou, no mesmo período temporal, cerca de um quinto de AFCM. A cidade de Maputo é a segunda província com menor taxa de AFCM (em todos os IOFs), depois da província de Tete.

Em suma, as taxas de AFCM por província apresentam tendências crescentes ao longo dos períodos em análise (de 2002/3 a 2014/15). Constata-se uma forte presença de AFCM na região Sul de Moçambique em virtude da migração para a vizinha África do Sul. Nas províncias do Centro, particularmente Tete e Zambézia, igualmente verifica-se uma forte presença destes agregados familiares.

Mapa 1: Taxa de agregados familiares chefiados por mulheres, por província 2002-2015.



Fonte: IOF 2002/03; 2008/9 e 2014/15.

Estudos realizados por Maffioli *et. al.* (2007, p. 3) revelam que a variação das taxas de AFCM pode estar ligada à combinação de múltiplos factores. Entre estes, o mais frequente é a perda da presença masculina por morte, divórcio ou migração<sup>8</sup>. Diferentes estudos (Newitt, 1995; First, 1998; Covane, 2001; Vletter, 2006) revelam como a participação masculina no trabalho

<sup>8</sup> Estudos realizados por Newitt (1995) e First (1998) revelam que a migração em Moçambique, durante o tempo colonial incidia sobre a figura masculina, onde para o homem migrar significava passar por uma fase de crescimento, ser responsável e atingir a maturidade. As mulheres estavam proibidas de migrar, pelas leis coloniais e pelas políticas de recrutamento para as minas que não incluíam mulheres. As fontes (Isaacmann, 1996); (Frias, 2006) e (Tvedten, Paulo, & Montserrat, 2008) revelam histórias de mulheres cujos maridos estavam a trabalhar na África do sul que ficavam para trás e que passavam por períodos de fome. Contudo, puseram se lado os antigos tabus sobre à divisão sexual do trabalho e demonstraram que elas eram e continuam a ser a figura principal nas estratégias de sobrevivência da família.



migratório na África do Sul (RSA)<sup>9</sup> contribuiu para uma maior responsabilização das mulheres na produção alimentar familiar, sobretudo na região Sul de Moçambique, onde a emigração masculina para a RSA é mais intensa. De facto a migração masculina, para países vizinhos, bem como para as cidades em Moçambique<sup>10</sup> tem concorrido para a modificação das relações e dos papéis desempenhados pelas mulheres dentro do agregado familiar e na sua comunidade (Casimiro (2008, p. 27), Frias (2006, p. 106) e Tvedten *et. al.* (2010). As mulheres, para além das actividades agrícolas e domésticas (produzir na machamba, buscar água e lenha, cozinhar, cuidar das crianças), realizam as tarefas tradicionalmente reservadas aos homens, como construção de casas e venda de produtos agrícolas no mercado.

### 2.3. Breve reflexão sobre famílias chefiadas por mulheres e pobreza

As famílias chefiadas por mulheres solteiras, divorciadas, separadas e viúvas, por terem que estabelecer as suas unidades familiares, são muitas vezes vistas como agregados pobres, vulneráveis e isolados (Maffioli *et. al.*, 2007, p. 3; Chant, 2003; Tvedten *et. al.* 2008 e 2010). As famílias chefiadas por mulheres em Moçambique apresentam índices de pobreza mais elevados que nos agregados familiares chefiados pelos homens. Constata-se, a partir dos dados do IOFs (2002/3; 2008/9; 2014/15), que a incidência da pobreza entre os AFCM foi sempre superior à dos AFCH, ao longo do tempo<sup>11</sup>, sobretudo no IOF de 2002/3, onde existiam cerca de 11,0% a mais de AFCM pobres, (ver gráfico 2). Este facto, para além de estar ligado à feminização da pobreza, igualmente está relacionado com as desigualdades no acesso aos recursos e serviços que são mais reduzidos entre os agregados familiares chefiados por mulheres (Valá, 2006).

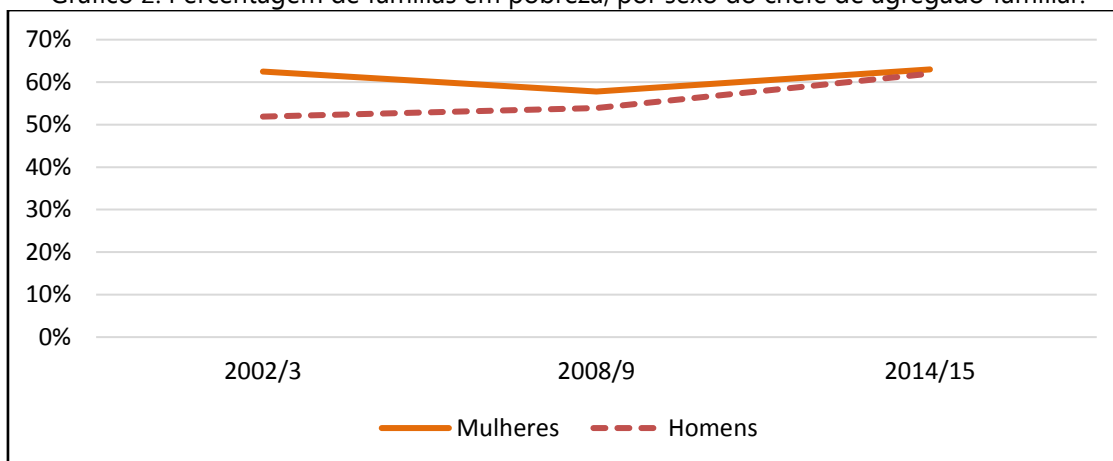
---

<sup>9</sup> Ruth First (1998:22) refere que, nessa altura, os trabalhadores moçambicanos trabalhavam nas minas sul-africanas um tempo médio de 12 meses, podendo ser prolongado para 18 meses, facto que impulsionou a utilização de mão-de-obra feminina nas grandes plantações.

<sup>10</sup> Estudos realizados por Feijó (2018) explicam que as dinâmicas migratórias nos últimos cinco anos em Moçambique têm sido para áreas de grandes projectos, seja no agronegócio, seja na indústria extractiva. O autor revela que os fluxos migratórios estão direccionados para as grandes cidades, com destaque para a capital do país, onde as populações rurais que migram são compostas sobretudo por homens provenientes das províncias de Gaza, Inhambane (na região Sul), mas também da Zambézia (na região Centro).

<sup>11</sup> A falta de rendimentos monetários constitui um grande obstáculo para as famílias monoparentais, sobretudo as compostas por mulheres e filhos (tanto separadas ou mães solteiras, não as viúvas?) (Hintz, 2001). Estudos realizados por Giddens (2001) revelam que os agregados familiares chefiados por mulheres situam-se, de forma geral, entre os grupos mais pobres da sociedade contemporânea. Muitos progenitores solitários enfrentam a desaprovação social e a insegurança económica.

Gráfico 2: Percentagem de famílias em pobreza, por sexo do chefe de agregado familiar.



Fonte: Dados dos IOF, 2003/3; 2008/9; 2014/15 e Banco Mundial (2019).

A pobreza nos AFCM no meio rural é avaliada pelo fraco acesso aos serviços de saúde, educação, bem como fraca produção e produtividade. Estudos realizados por Marcone (1992) e Agy (2018) explicam que os rendimentos baixos condicionam o acesso pelas mulheres aos cuidados de saúde. Em relação à educação, os dados do IOF (2014/15) revelam que a taxa de analfabetismo é mais elevada entre os agregados familiares chefiados por mulheres (57,8%), as condições financeiras e as questões de carácter sociocultural impedem que as mulheres continuem a estudar (Osório & Macuácuá, 2013). O principal sector de actividade dos AFCM é o agrícola, onde a posse e segurança da terra constitui, em muitos locais, uma fonte de conflito (Mandamule, 2016). Os serviços de extensão, acesso ao crédito, à tecnologia e à comunicação são reduzidos para todos os pequenos produtores (Mosca, 2015), sobretudo entre as mulheres produtoras (Valá, 2006) e, conseqüentemente, a sua produção e produtividade é baixa. Os seus rendimentos servem, principalmente, para a compra de alimentos, onde a sua dieta alimentar é pouco variada e limitada (Valá, 2019, p. 66). Além desses factores, os agregados familiares chefiados por mulheres vivem, na sua maioria, em situação de privação no que respeita à condição de habitação e acesso a energia e água<sup>12</sup>. Na caracterização das camadas sociais do meio rural os AFCM encontram-se, na sua maioria, no último extracto social, no grupo das “que precisam de alguém” (Feijó J. , 2018, p. 27). Na linha de Feijó (2018) este grupo é composto por populações mais carenciadas, vulneráveis à fome e pobreza.

### 3. OBJECTIVO DO ESTUDO E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Em termos gerais, o estudo tem como objectivo, compreender as condições socioeconómicas que caracterizam a pobreza das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. De forma particular foram diagnosticados os indicadores de habitação, saneamento, água, energia, e procurou-se analisar os rendimentos e as despesas destas famílias.

A pesquisa incidiu sobre 6 distritos localizados na província de Nampula (Monapo e Nacarôa), Tete (Angónia e Marara), Inhambane e Gaza (Zavala e Chongoene). O motivo de escolha destes distritos assentou, essencialmente, em dois motivos: dispersão geográfica, abrangendo a região Norte (província de Nampula), Centro (província de Tete) e Sul de Moçambique (províncias de

<sup>12</sup> Consultar os relatórios do Banco Mundial (2018).

Inhambane e Gaza), sendo, no entanto, distritos relativamente próximos entre si (dois a dois), e por apresentarem diferentes dinâmicas de investimento: enquanto Monapo tem os impactos do investimento no agro-negócio, em virtude da sua localização estratégica no corredor de Nacala, enquanto Nacarôa tem, comparativamente, muito menor investimento. Enquanto Marara beneficia de um grande investimento na exploração de carvão, a Angónia tem maior investimento no agro-negócio (em culturas como o tabaco). Já no Sul do país, enquanto Zavala beneficia de uma unidade de processamento de mandioca, Chongoene continua a ressentir-se com o desmantelamento da indústria de caju.

Ao longo da pesquisa foram conciliadas um conjunto de metodologias qualitativas e quantitativas, assentes na análise de estatísticas, na aplicação de questionários, na realização de entrevistas, assim como na observação. Recolheu-se informação quantitativa sobre o perfil da pobreza ao longo do tempo e do espaço dos agregados familiares chefiados por mulheres. Por sua vez, os dados qualitativos permitiram uma compreensão das dinâmicas da pobreza, assim como das estratégias adoptadas pelos agregados familiares. Em termos específicos, as técnicas de recolha de dados consistiram em:

a) Análise de dados secundários: nomeadamente informação proveniente do Instituto Nacional de Estatística (Censos 2007; IOF 2003; IOF 2008/9 e IOF 2014/5) e do Plano Económico e Orçamento do Distrito (PESOD);

b) Realização de entrevistas exploratórias: a informantes privilegiados, nomeadamente a membros do Governo provincial e distrital, de associações da sociedade civil, líderes locais e representantes do sector privado;

c) Aplicação de um inquérito por questionário ao chefe do agregado familiar ao longo de 4 trimestres nos anos de 2017 e 2018, numa localidade em cada um dos 6 distritos identificados. Estes agregados familiares foram acompanhados, trimestralmente, durante dois anos, pois o instrumento de análise tinha como objectivo trabalhar com as mesmas famílias de maneira a recolher dados socioeconómicos do agregado familiar, nomeadamente actividades económicas, receitas e transferências, despesas, condições habitacionais, posse de bens duradouros e níveis de educação. A amostra foi seleccionada com base nos dados populacionais do censo de 2007 e recorrendo a uma amostragem aleatória simples (escolhendo-se um intervalo de confiança de 90% e um erro amostral de 10%). No total foram aplicados 339 inquéritos, dos quais 242 pertencentes a agregados familiares chefiados por homens - AFCH e 97 inquéritos referentes a agregados familiares chefiados por mulheres - AFCM, particularmente dentro deste grupo na localidade de Itoculo (Monapo) foram inquiridas 9 mulheres; 11 em Namaquetho (Nacarôa); 12 em Nhassanga (Marara); 9 em Namalinde (Angónia); 36 em Mangunze (Chongoene) e 20 em Ngomene (Zavala).

d) Observação no terreno para captar os diferentes comportamentos dos agregados familiares chefiados por mulheres, tendo as respostas das participantes sido comparadas com as acções por elas realizadas.

Para o tratamento da informação foi utilizado o programa de análise estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) que, através de análises de estatísticas descritivas e de cruzamento de dados, permite identificar os diferentes grupos de famílias monoparentais chefiadas por mulheres e um conjunto de características inerentes a este tipo de famílias. Durante o processo de tratamento da informação, verificou-se que a amostra era composta por

agregados familiares chefiados por mulheres separadas (34), viúvas (32) e cujo marido migrou (31).

#### **4. CONDIÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES**

##### **4.1. Composição e características dos agregados familiares chefiados por mulheres**

Na análise dos dados identificaram-se três grupos distintos de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, nomeadamente: 1) famílias lideradas por mulheres separadas, que vivem com os seus filhos; 2) famílias chefiadas por mulheres que vivem em união marital, cujos maridos estão ausentes há mais de seis meses; e 3) famílias chefiadas viúvas que vivem com os seus filhos e/ou netos<sup>13</sup>.

Os chefes de AFCM, comparativamente com os AFCH, são caracterizados por terem um menor nível de escolaridade, sendo que a grande maioria não sabe ler nem escrever<sup>14</sup>.no nosso inquérito, as chefes de família que conseguiram estudar, completaram, no mínimo, a 5ª classe, ou seja 1º grau de educação primária (ver quadro 1. Os motivos estão relacionados, de forma geral, com o acesso aos serviços de educação que se localizam muito distantes, assim como a falta de condições financeiras que conduzem os agregados familiares a definir prioridades tais como: o casamento<sup>15</sup>, a garantia da alimentação familiar, os trabalhos domésticos, bem como a escolha de quem deve frequentar a escola<sup>16</sup>.

As chefes de agregados familiares constituídos por mulheres viúvas, frequentemente pela idade mais avançada, são as mais propensas a situações de analfabetismo, sendo que esta realidade é verificada em quase todos os povoados em analisados. Os agregados familiares compostos por mulheres separadas e cujo marido migrou não apresentam grandes diferenças em termos de acesso à educação, ainda que entre as segundas sejam observáveis mulheres com frequência de ensino secundário. Admite-se, por hipótese, que o acesso aos rendimentos provenientes de remessas familiares, bem como a pluriactividade familiar<sup>17</sup> podem ter possibilitado o acesso a educação por parte das mulheres.

---

<sup>13</sup> De acordo com Farré (2009), um dos factores que contribui para o desenvolvimento do “ideal de abundância” no meio rural é ter muitos filhos e filhas, pois estes garantem, em caso de velhice, a segurança e um futuro tranquilo e respeitável. De facto, estudos realizados por Francisco, *et. al.* (2010, p. 2) revelam que as populações continuam a depender dos sistemas demográficos de protecção social, assentes no aumento de número de filhos e filhas, uma vez que os sistemas financeiros e de protecção social modernos mostram-se incapazes de substituir os antigos fluxos de riqueza entre gerações e outros mecanismos de segurança social.

<sup>14</sup> O diagnóstico do Banco Mundial sobre o rendimento em Moçambique (2018) revela que menos de metade dos agregados familiares chefiados por mulheres nas zonas rurais sabe ler e escrever, factor que conduz estes agregados familiares a viver em situação de vulnerabilidade e de pobreza.

<sup>15</sup> Os dados do inquérito revelam que existem AFCM cujo marido migrou e separadas, com apresentam idade superior a vinte e cinco anos, que não concluíram o ensino primário. Este facto, não deixa de estar ligado ao casamento, na medida em que, após a união de facto, as mulheres pressionadas com a “vida do lar” acabam abandonando à escola – “*Eu gostava de estudar, mas agora já não tenho condições, [...] devia ter aproveitado antes de me casar e ter filhos*” (AFCM separada em Itoculo).

<sup>16</sup> Osório e Macuácuca (2013, p. 26) revelam que existem assimetrias na participação escolar entre as raparigas e rapazes, por motivos relacionados com as “tradições e culturas”, que colocam barreiras na frequência e permanência da rapariga na escola.

<sup>17</sup> Estudos realizados por Negrão (2006), Chambe (2011), Feijó e Agy (2015), Feijó (2018) revelam que a prática de pluriactividade rural permite que um grupo muito restrito de agregados familiares obtenha rendimentos fora da actividade agrícola, o que conduz a um maior investimento na actividade agrícola, nos gastos com a alimentação, saúde e educação dos membros da família.



Quadro 1: Níveis de escolaridade dos agregados familiares.

| Nível de Escolaridade          | AFCH | AFCM      |          |        |
|--------------------------------|------|-----------|----------|--------|
|                                |      | Separadas | M.Migrou | Viúvas |
| <b>Não sabe ler e escrever</b> | 22%  | 27%       | 41%      | 72%    |
| Nível primário 1º grau         | 48%  | 55%       | 44%      | 28%    |
| Nível primário 2º grau         | 22%  | 18%       | 7%       | 0%     |
| Nível secundário 1º grau       | 6%   | 0%        | 4%       | 0%     |
| Nível secundário 2º grau       | 2%   | 0%        | 4%       | 0%     |
| <b>Total</b>                   | 100% | 100%      | 100%     | 100%   |

Fonte: Dados do inquérito.

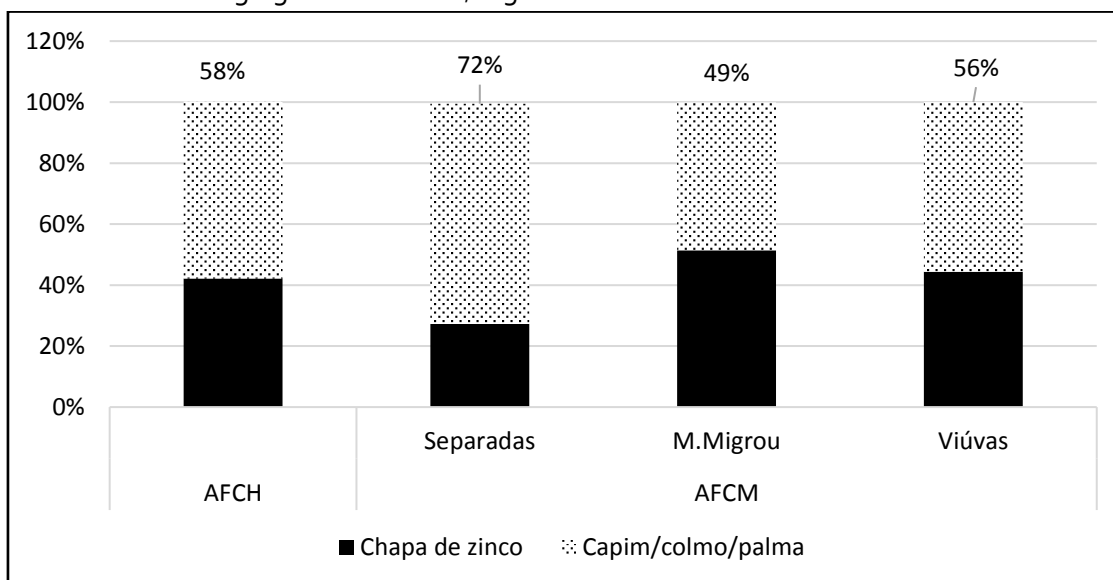
#### 4.2. As condições da habitação

As condições de habitação constituem um importante indicador de avaliação da pobreza. De forma geral, as mulheres encontram-se a viver em dois tipos de casas, a primeira é o tipo palhota (figura 1), cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palma, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, etc.). A segunda é do tipo misto (figura 2), construídas com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão) e materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, madeira, etc.).

| Figura 1: construção de origem vegetal  | Figura 2: Construção de origem mista   |
|---|--|
|  |  |
| Localidade de Namaquetho.   | Localidade de Mangunze.  |

De forma particular, constata-se que existem diferenças entre os agregados familiares chefiados por mulheres cujo marido migrou, em relação ao material de construção da casa, sugerindo os dados que as remessas de migrantes são tendencialmente aplicadas na melhoria das condições de habitação (ver o gráfico 3), como confirmam os estudos realizados por Tvedten *et. al.* (2010, p. 16), particularmente na região Sul do país, onde a migração masculina para a África do Sul, traduz-se num bem-estar do agregado familiar, sobretudo na melhoria da sua habitação. O autor refere que *"nos bairros, as pessoas podem facilmente apontar as casas dos mineiros que tendem a ser habitações grandes, bem construídas e cheias de cores"* (2010, p. 16).

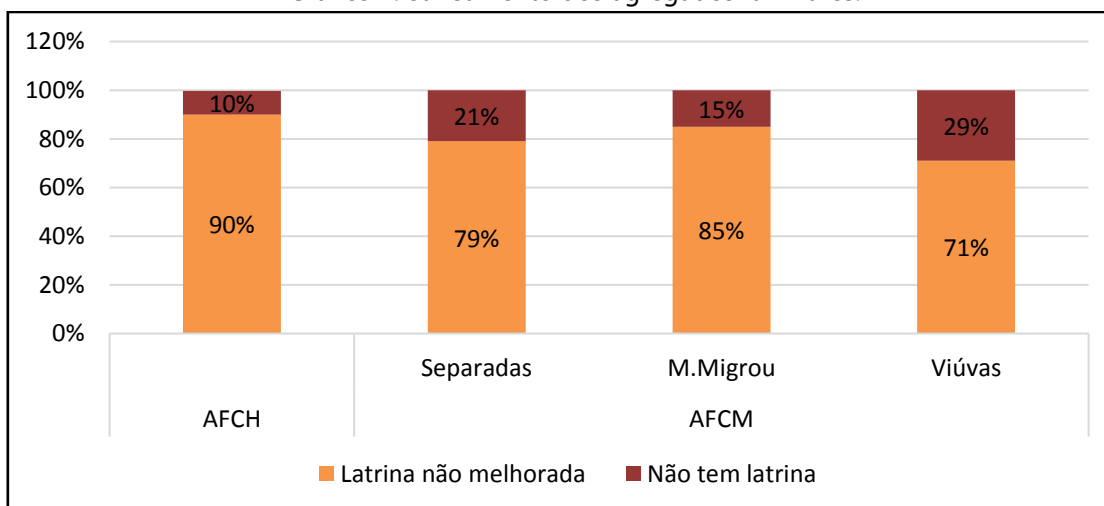
Gráfico 3: Agregados familiares, segundo o material usado no tecto da sua casa.



Fonte: Dados do inquérito.

O saneamento é analisado através da utilização ou não de latrina. Assim, nota-se no gráfico 4 que os AFCH apresentam melhores condições de saneamento (90% possui latrina não melhorada) em relação aos AFCM. Dentro destes, os AFCM viúvas destacam-se por não possuírem latrinas (29%) em comparação com os agregados chefiados pelas mulheres separadas e mulheres cujo marido migrou.

Gráfico 4: Saneamento dos agregados familiares.



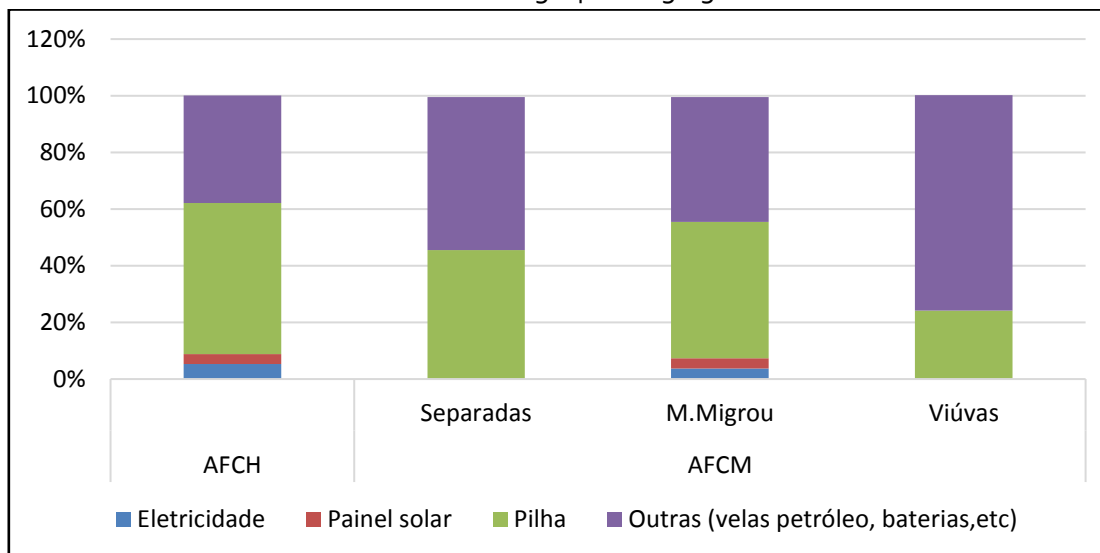
Fonte: Dados do inquérito.

#### 4.2.1. Acesso a energia

Em relação à fonte de energia o cenário é diferente, pois, para além da disponibilidade do serviço, são precisos recursos financeiros para proceder ao pagamento dos serviços de instalação e/ou consumo. O gráfico 5 apresenta as fontes de energia utilizadas para iluminação,

constatando-se uma diversificação de fontes. Se, por um lado, alguns agregados utilizam a vela, o petróleo e a lanterna, por outro lado existem famílias que utilizam o painel solar e a electricidade. Os AFCH destacam-se pelo uso da pilha, painel solar e electricidade, fontes que igualmente são utilizadas pelos AFCM cujo marido migrou. Os AFCM separadas e viúvas utilizam a lanterna e o candeeiro a petróleo (sobretudo nas localidades de Mangunze e Ngomene). Assim, pode-se inferir que os agregados familiares que conseguem aceder a energia melhorada (electricidade da rede e painel solar) possuem rendimentos provenientes de remessas e da pluriactividade familiar.

Gráfico 5: Acesso a energia pelos agregados familiares.



Fonte: Dados do inquérito.

### 4.3. Distância dos principais serviços

A falta de investimento público em serviços e infra-estruturas (como fonte de água, mercado, paragem de transporte, escola primária e secundária, unidade sanitária, posto policial), sobretudo no meio rural, constitui um problema, tanto para os agregados familiares chefiados por homens como para os agregados familiares chefiados por mulheres. Num cenário rural, onde as mulheres são responsáveis por garantir a assistência permanente em termos de saúde (levar as crianças ao médico) e água (buscar água de necessidade diária), para si e para os membros do seu agregado familiar, a inexistência destas infra-estruturas afecta sobretudo as mulheres.

## 5. CONDIÇÃO ECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES

### 5.1 Actividades económicas

A actividade agrícola constitui a principal fonte de renda dos agregados familiares chefiados por mulheres em todas as localidades. Esta actividade é complementada com a realização do chamado sistema de *ganho-ganho*, que é realizado na machamba de outrem, sobretudo pelos AFCM separadas e cujo marido migrou. O comércio de bebidas tradicionais, carvão e produtos

alimentares, constitui igualmente fonte de renda destas famílias, sobretudo dos agregados familiares chefiados por viúvas.

A prática da actividade agrícola é realizada em pequenas explorações: em média, as mulheres viúvas e cujo marido migrou possuem cerca de 1,5 hectares de área, e as mulheres separadas têm entre 0,5 hectare a 1 hectare<sup>18</sup>. O sistema predominante é a consorciação de culturas, pois, para além de produzirem culturas de rendimentos, estes agregados produzem, igualmente, para a subsistência familiar. Com baixo nível de tecnologia, estes agregados familiares dependem da força física para desbravar os seus campos. Assim, os AFCM dependem, sobretudo, da mão-de-obra familiar (composta, na sua maioria, por crianças) e da contratação de trabalhadores sazonais para a realização de trabalhos de destronca e de transporte da produção. Os AFCM cujo marido migrou (predominantes em Mangunze e Ngomene) e as viúvas (sobretudo em Namalinde) são as que mais vezes conseguem pagar mão-de-obra para trabalhar nos seus campos. As que assim não procedem, utilizam mão-de-obra familiar. Este grupo é composto, sobretudo, pelas mulheres separadas e viúvas com baixos rendimentos mensais. Os principais instrumentos de trabalho que são utilizados para cultivar a terra são a enxada e a catana.

### 5.1. Fonte de receitas mensais

As receitas dos agregados familiares chefiados por homens são provenientes de diferentes sectores de actividade, destacando-se a agricultura (52%), o assalariamento (14%) e a pecuária (10%). Já nos AFCM as fontes que mais contribuem para as receitas familiares, por ordem decrescente, são resultantes da produção agrícola (36%), de remessas (26%), do trabalho *ganho-ganho* (11%).

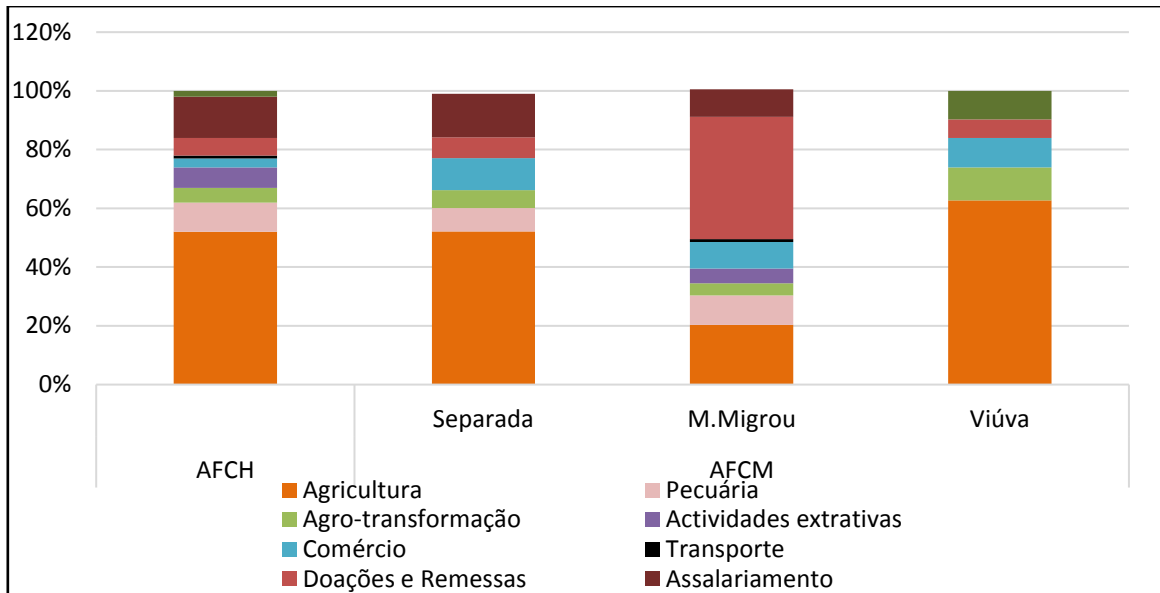
No gráfico 6, nota-se que a agricultura constitui a principal fonte de rendimento para todos os agregados familiares, ainda que complementada por outras actividades. Igualmente, se verifica que nos agregados familiares chefiados por mulheres cujo marido migrou a fonte de receitas muda radicalmente, passando as remessas a constituir uma percentagem significativa.

---

<sup>18</sup> Nos AFCM cujo marido migrou, normalmente as mulheres controlam e trabalham as terras do marido, mesmo no caso em que elas vivem em casa dos sogros. No caso dos AFCM viúvas, estas ficam responsáveis por cuidar e produzir nas terras do marido, após a sua morte, sobretudo em Mangunze e Ngomene, factos que estão igualmente referidos em estudos realizados por Negrão (2000). No caso dos AFCM de separadas, estas adquiriram terra durante o processo de separação. Em alguns casos as mulheres referiram que cultivam terra emprestada ou então alugam terra. O facto é que existe uma forte ligação entre o acesso a terra e o nível de rendimento das famílias – famílias com maiores rendimentos têm áreas cultivadas que são duas vezes maiores do que as famílias com menores rendimentos. Famílias com maiores rendimentos têm uma maior probabilidade de ter mais cajueiros que as famílias de menores rendimento (Carilho, Benfica, Tschirley, & Boughton, 2003). Os factores mencionados pelos autores são visíveis ao nível das mulheres chefes de agregados familiares cujo marido migrou nas localidades de Chongoene, Mangunze, (na região sul) e Itoculo (na região Norte), onde o cajueiro constitui um recurso de riqueza.



Gráfico 6: Fontes de receitas dos AFCM.



Fonte: Dados do inquérito.

O quadro 2 apresenta a estimativa das receitas médias mensais dos agregados familiares chefiados ao longo dos anos de 2017 e 2018. Constatou-se que os agregados familiares chefiados por homens apresentam rendimentos mensais superiores aos AFCM. Os rendimentos médios dos AFCM em que o marido migrou são superiores aos restantes em todos os locais, sobretudo no Sul do país. Os AFCM viúvas, possivelmente em virtude da idade mais avançada, apresentam uma situação mais vulnerável.

Quadro 2: Receitas médias mensais dos agregados familiares (2017-2018), por localidade.

| Localidades            | AFCH | AFCM     |           |       |
|------------------------|------|----------|-----------|-------|
|                        |      | Separada | M. Migrou | Viúva |
| <b>Mangunze</b>        | 1225 | 1023     | 1789      | 820   |
| <b>Ngomene</b>         | 2364 | 1922     | 3868      | 2130  |
| <b>Nhassanga</b>       | 2257 | -        | 1279      | 367   |
| <b>Namalinde</b>       | 5834 | 2094     | 2583      | 1322  |
| <b>Itoculo</b>         | 1011 | 413      | 1031      | -     |
| <b>Namaquetho</b>      | 1529 | 427      | -         | 368   |
| <b>Receitas médias</b> | 2370 | 1176     | 2110      | 1001  |

Fonte: Dados do inquérito.

## 5.2. Pobreza de rendimento

A análise a seguir compara o rendimento mensal dos agregados familiares chefiados por mulheres e o valor da linha de pobreza estipulado pelo Banco Mundial (2015)<sup>19</sup> e calculado com

<sup>19</sup> O Banco Mundial (em 2015) estipula a linha de pobreza a partir do rendimento diário, encontrando-se em situação de pobreza extrema os indivíduos que vivem com menos de 1,90 USD/dia.

base na taxa cambial da Paridade do Poder de Compra (PPC) <sup>20</sup>. Em 2018, o valor diário *per capita* para Moçambique foi estipulado em 42,483 meticais, representando 1.274,50 meticais mensais. Assim, os gráficos apresentados a seguir fazem a distinção entre os tipos de AFCM, por localidade e apresentam a situação de pobreza de rendimento referente a média dos anos de 2017 e 2018.

Na distribuição dos rendimentos por decil, constata-se (gráfico 7) que existe uma desproporção entre os diferentes povoados em relação à linha de pobreza. A situação de pobreza extrema verifica-se no grupo de viúvas que se encontram a residir sobretudo na região Norte (Namaquetho) e Centro (Nhassanga) do país<sup>21</sup>. Estas mulheres dependem, muitas vezes, do consumo de raízes e frutos para sobrevivência.

Os rendimentos dos AFCM separadas nas localidades de Mangunze (90%), Ngomene (90%) e Namalinde (60%) estão acima da linha de pobreza (ver o gráfico 8). Estas mulheres tendem a diversificar as suas fontes de receitas através da venda de bebidas (tradicional) e comércio<sup>22</sup>. Nas localidades de Namaquetho e Itoculo, os valores apresentados pelas famílias apenas é utilizado para suprir as necessidades diárias. Nestas localidades mais de metade das mulheres separadas de Namaquetho e todas as mulheres separadas de Itoculo encontram-se abaixo da linha de pobreza.

Nos AFCM cujo marido migrou, nota-se (gráfico 9) que os agregados familiares que vivem nas localidades de Namalinde e Ngomene encontram-se, na sua maioria, acima da linha de pobreza o que não acontece noutros agregados. A migração tende a contribuir para maiores desigualdades socio-territoriais.

Em suma, os dados mostram que os rendimentos das famílias monoparentais chefiadas por mulheres variam entre as diferentes localidades e entre o tipo de família (viúva, separada, ou por motivo de migração masculina). Os AFCM situados na região Centro (Nhassanga) e Norte (Namaquetho e Itoculo) apresentam níveis muito baixos de produtividade e de diversificação da renda familiar, posicionando-se, frequentemente, abaixo da linha de pobreza. Estes agregados familiares são compostos, na sua maioria, por mulheres em situação de viuvez e separação. Comparativamente, os AFCM cujo marido migrou, sobretudo no Sul do país, vivem acima da linha de pobreza.

---

<sup>20</sup> Paridade de poder de compra (*Purchasing Power Parities*) são as taxas de câmbio de diferentes moedas que permitem harmonizar o poder de compra relativo a diferentes moedas através da eliminação das diferenças nos níveis de preços em diferentes países. Na sua forma mais simples, a paridade de poder de compra são simples preços relativos que mostram o rácio dos preços nas moedas nacionais para o mesmo bem ou serviço em diferentes países.

<sup>21</sup> Estes dados reflectem as análises realizadas pelos relatórios sobre pobreza apresentados pelo IOF (2014/15) e pelo Banco Mundial (2018), onde a região Norte (59,6%) e Centro (48,0%) apresentam índices elevados de pobreza.

<sup>22</sup> A diversificação das fontes de renda mensal tem contribuído para a melhoria dos níveis de vida de algumas famílias, sobretudo daqueles agregados familiares que residem na região sul do país. O diagnóstico do Banco Mundial faz referência ao crescimento que se verificou no IOF 2014/15, de agregados familiares que aumentaram a diversificação do seu rendimento fora da actividade agrícola, e conseguiram posicionar-se acima da linha de pobreza.

Gráfico 7: Situação de pobreza de rendimento em AFCM viúvas, por localidade.

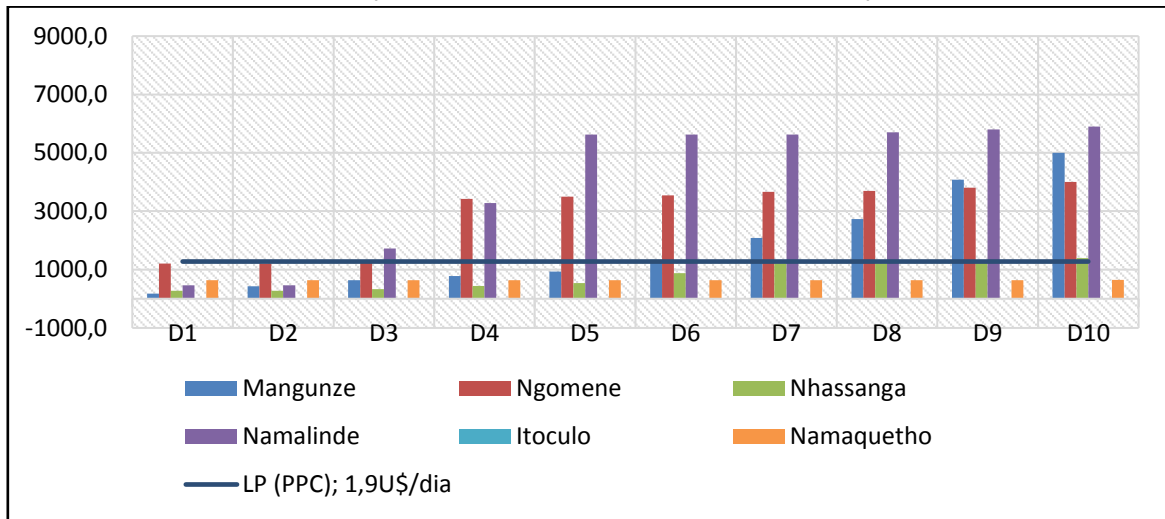


Gráfico 8: Situação de pobreza de rendimento em AFCM separadas, por localidade.

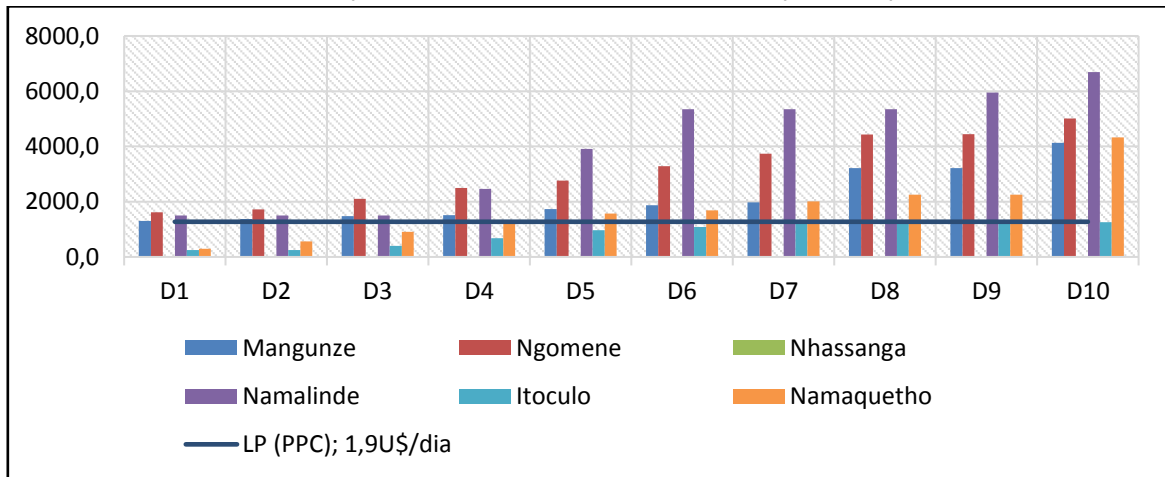
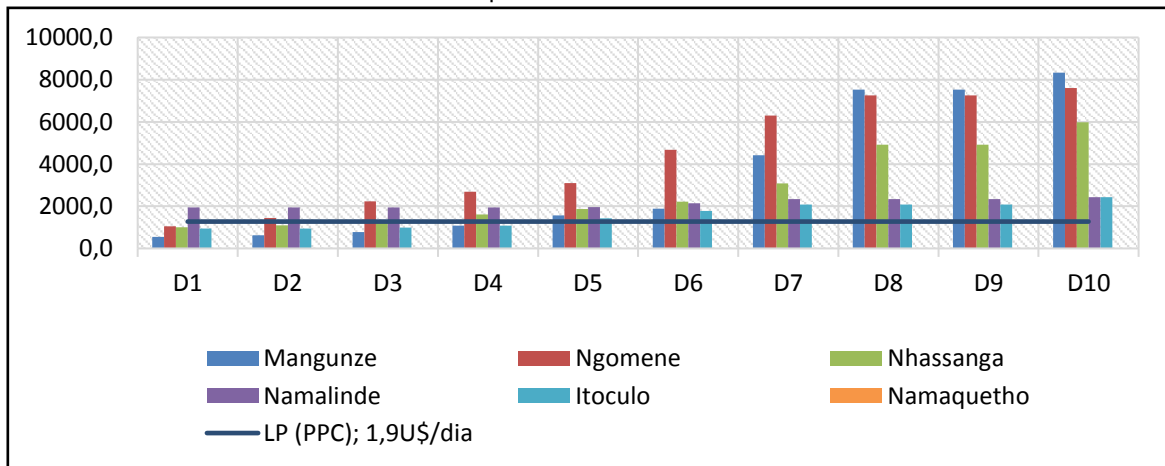


Gráfico 9: Situação de pobreza de rendimento em AFCM que cujo marido migrou, por localidade.



Fonte: Dados do inquérito.

### 5.3. Despesas mensais

Os agregados familiares despendem os seus valores na compra de produtos alimentares, vestuário, construção e insumos agrícolas. De forma particular, os AFCH gastam na compra de produtos alimentares (33%) e vestuário (14%), os AFCM viúvas concentram mais de metade (52%) do seu rendimento monetário na compra de produtos alimentares que não produzem na machamba, os AFCM separadas para além dos alimentos (28%), apostam no vestuário (16%) e na compra de insumos (15%), as mulheres cujo marido migrou aplicam igualmente na compra de alimentos (42%), mas também despendem um sétimo do seu rendimento na construção.

A média do valor das despesas mensais realizadas em 2017 e 2018 pelos agregados familiares (quadro 3) varia entre as diferentes localidades. Porém, constata-se, igualmente um maior poder de consumo entre os AFCM cujo marido migrou, sobretudo na localidade Ngomene, região Sul do país.

Quadro 3: Despesas médias mensais dos agregados familiares, por localidade.

| Localidades            | AFCH | AFCM     |           |       |
|------------------------|------|----------|-----------|-------|
|                        |      | Separada | M. Migrou | Viúva |
| Mangunze               | 982  | 917      | 1543      | 432   |
| Ngomene                | 1433 | 2157     | 2694      | 887   |
| Nhassanga              | 1142 | -        | 773       | 369   |
| Namalinde              | 2563 | 1329     | 2202      | 1001  |
| Itoculo                | 806  | 840      | 808       | -     |
| Namaquetho             | 1059 | 385      | -         | 189   |
| <b>Despesas médias</b> | 1331 | 1126     | 1604      | 576   |

Fonte: Dados do inquérito.

### 5.4. Posse de gado e de bens duráveis

Os agregados familiares chefiados por mulheres mencionaram não possuir gado (suínos, caprinos e bovinos)<sup>23</sup>. A maioria dos AFCM referiu possuir apenas aves. O telemóvel igualmente foi várias vezes mencionado como parte de um bem durável pelas mulheres possuem.

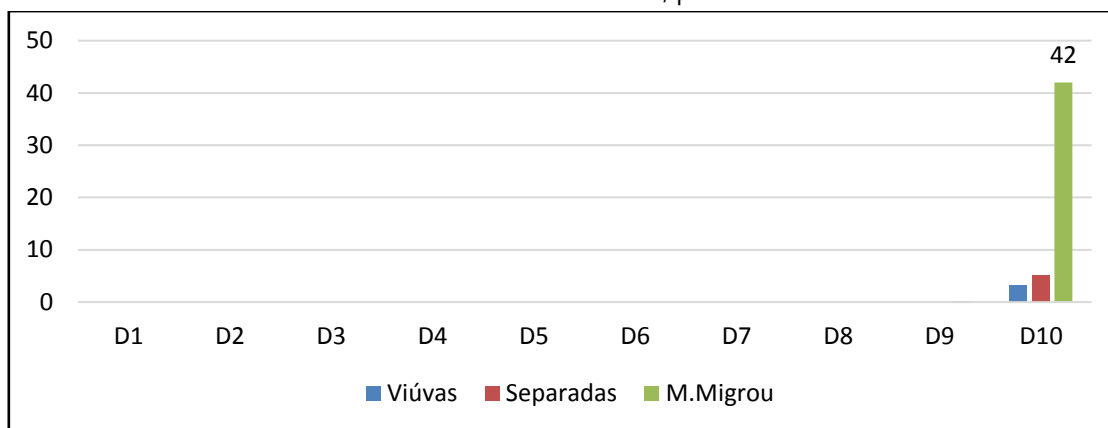
De forma geral, constatou-se que existe uma diferença entre AFCM que possuem familiares migrantes e a trabalhar no assalariamento e os que não têm, pois essas diferenças são notórias quanto ao número de bens que estes agregados detêm. A posse de bens dos agregados familiares é garantida, muitas vezes, pelos familiares que se encontram a viver fora do seu local de origem, que enviam aos seus familiares valores monetários e produtos de diferentes naturezas<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> No meio rural este tipo de efectivo pecuário é considerado como um indicador de bem-estar. O gado constitui reserva de valor no banco, meio de transporte, bem como garantia de segurança alimentar (cf. Farré, 2009).

<sup>24</sup> Estudos realizados por Feijó e Ibraimo (2016, pp. 340-341) em contextos rurais e urbanos revelam que as famílias enviam para a sua terra de origem valores monetários que são destinados, na maioria das vezes, ao investimento na produção agrícola, compra de alimentos, vestuário, melhoria das casas, educação dos filhos, saúde, bem como são enviados produtos alimentares e alguns bens duráveis.

No respeitante a animais, nota-se que os AFCM viúvas de Mangunze, Nhassanga, Namaquetho e Namalinde e as mulheres separadas das localidades de Ngomene, Namalinde, Itoculo, e Namaquetho não possuem aves. Os AFCM que têm aves encontram-se concentrados na localidade de Mangunze (composto sobretudo por AFCM cujo marido migrou). O gráfico 10 apresenta a distribuição por decil da posse de aves, notando-se a concentração, exclusivamente, no último decil, onde os AFCM cujo marido migrou destacam-se com a posse de 42 aves.

Gráfico 10: Posse de aves, por decil.

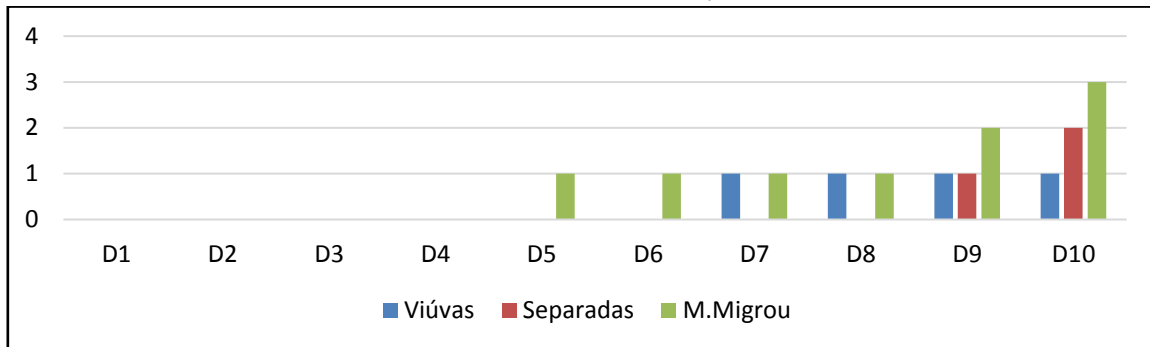


Fonte: Dados do inquérito.

No respeitante ao telemóvel, verifica-se que o mesmo é mais frequente no conjunto dos AFCM viúvas, separadas e cujo marido migrou de Mangunze, Ngomene e os AFCM viúvas e cujo marido migrou de Nhassanga. Estes grupos possuem, no mínimo, um telemóvel. Nas restantes localidades, as mulheres não possuem telemóvel, tirando os casos das localidades em que verifica-se a existência de AFCM cujo marido migrou. Este equipamento, por possuir características peculiares, é considerado por Archambault (2010) como um bem de diferenciação social, onde quem o possui consegue tornar-se notável dentro do seu grupo<sup>25</sup>. Facto que é verificado no gráfico 11, onde a posse de telemóvel é verificado a partir do D5 e é frequentemente observado no conjunto restrito de AFCM cujo marido migrou.

<sup>25</sup> O uso de telemóveis, na linha de pensamento de Archambault (2010), teve um forte impacto na mudança de hábitos das populações em Moçambique, ao nível da condução das actividades económicas, das relações de poder entre homens e mulheres, bem como da participação das mulheres na vida económica e social (Archambault, 2010). Estudos realizados por Feijó (2018) demonstram como o uso deste aparelho telefónico fortaleceu as relações entre o campo e a cidade, estimulando a troca de informações sobre preços, oportunidades de negócio e sobre hábitos de consumo, e ainda, das relações rural-urbanas com o envio de remessas ou de transferências pessoais, na forma monetária ou em bens de consumo.

Gráfico 11: Posse de telemóvel, por decil.



Fonte: Dados do inquérito.

Em suma, os bens que os AFCM possuem revelam a existência de diferenciação social entre os diferentes grupos de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Nos diferentes tipos de bens analisados, notou-se que poucas mulheres conseguem possuir algum bem e, quando o possuem, fazem parte de uma minoria, composta na sua maioria por AFCM cujo marido migrou, que tem maior diversificação de fontes de renda e apoio familiar.

## 6. REFLEXÕES FINAIS

O presente estudo apresentou os diferentes tipos de famílias monoparentais e a sua constituição. Para o caso de Moçambique, em geral, e do estudo, em particular, foram identificados três grupos de AFCM, são eles originários de viuvez, da separação e da migração.

Diferentes estudos revelam que a ausência da figura masculina nas famílias chefiadas por mulheres pode conferir um maior empoderamento às mulheres (Loforte, 2000; Agy 2017) na medida em que elas conquistam novos espaços sociais, e têm a oportunidade de distribuir os recursos e as tarefas familiares (Kabeer, 2007). A ausência do patriarca pode permitir à mulher o desenvolvimento de competências de geração e de gestão de rendimentos, de forma a garantir a subsistência familiar. Contudo, este estudo demonstrou que as famílias chefiadas por mulheres são, geralmente, mais pobres do que as restantes famílias, à excepção das que o marido emigrou. De facto, num contexto de tecnologia pouco desenvolvida e em que grande parte das actividades rurais é desempenhada manualmente, os agregados familiares estão fortemente dependentes de mão-de-obra. Neste cenário, a ausência de mão-de-obra masculina exerce um impacto negativo na capacidade de geração de rendimentos.

Em segundo lugar, o estudo demonstrou que os AFCM são constituídos por grupos heterogéneos, onde as mulheres que se encontram a viver em situação de viuvez e separação são as mais pobres e vivem em situação de vulnerabilidade. Estes grupos são particularmente desfavorecidos na obtenção de rendimento monetário, nas possibilidades de consumo e nas condições habitacionais.

Assumindo características particulares, destacam-se os agregados familiares chefiados por mulheres cujo marido migrou. Pelo facto de receberem remessas de seus maridos (valores provenientes do trabalho migratório, em alguns casos superiores ao salário mínimo oficial na agricultura), conseguem diversificar as suas fontes de renda e, deste modo, posicionam-se como

AFCM mais fluentes. Este cenário verifica-se no Sul do país, onde a migração para a África do Sul ou para a cidade de Maputo tem sido historicamente responsável pela mobilização de importantes somas monetárias. Estes agregados familiares compensam a mão-de-obra no campo com a diversificação das fontes de rendimento longe do local de residência.

Tratando-se de um grupo mais vulnerável, importa que as políticas de acção social prestem atenção a este grupo social, particularmente à sua capacidade de prover a segurança alimentar.

A falta de políticas de desenvolvimento efectivo do meio rural, que promovam a integração de tecnologia (como máquinas agrícolas, regadio, adubos, semente melhorada, etc.) e que conduzam ao aumento da produtividade, mantém as populações num estado de forte dependência de mão-de-obra para realização de actividades. Nesta situação, a privação de mão-de-obra masculina tem um impacto directo na produção agrícola e segurança alimentar, tornando os agregados familiares monoparentais chefiados por mulheres mais vulneráveis. A situação de pobreza rural torna-se assim mais incisiva sobre estas famílias.

Importa, ainda, melhorar o acesso a um conjunto de infra-estruturas sociais e económicas, massificar os programas de alfabetização de adultos, bem como criar condições (tecnologia, mecanização, crédito, subsídios, transporte, assistência técnica) para que a actividade agrícola seja produtiva e rentável, contribuindo para uma efectiva diminuição da pobreza e aumento da segurança alimentar.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- Agy, A. (2018). Desigualdades de género em contextos rurais em Moçambique: estudos de caso em comunidades na província de Nampula. Em S. Forquilha, *Desafios para Moçambique 2018* (pp. 369-394). Maputo: IESE.
- Agy, A. R. (2017). *Género e relações de poder na região Sul de Moçambique - Uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza*. Maputo: Observador rural nº. 50. Observatório do Meio Rural.
- Andrade, X., Loforte, A., Osório, C., Ribeiro, L., & Temba, E. (1998). *Famílias em contextos de mudanças em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Archambault, J. (2010). À procura de redes de redistribuição e modalidades de género na utilização do telefone móvel no sul de Moçambique. Em C. C.-B. Luis de Brito, *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. (pp. 163-173). Maputo: IESE.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Carilho, J., Benfica, R., Tschirley, D., & Boughton, D. (2003). *Qual o papel da agricultura familiar comercial no desenvolvimento rural e redução da pobreza em Moçambique?* Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Casimiro, I. (2008). As mulheres estão mais livres apesar de trabalharem muito- mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique. *12ª Assembleia Geral Governar o espaço Público Africano* (pp. 1-31). Yaoundé: Codersia.
- Chambe, M. (2011). *Abordagem teórica em torno da pluriactividade: as diversas formas de manifestação nas regiões rurais de Moçambique*. Sociedade e desenvolvimento.
- Chant, S. (2003). *Female household headship and the feminisation of poverty: facts, fictions and forward strategies*. London: London School of Economics, Ender Institute.
- Chipembe, C. (2015). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar -IOF 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Collier, E. B. (2007). *Um perfil das relações de género edição actualizada em 2006: Para a Igualdade de género em Moçambique*. Maputo: Asdi.
- Covane, L. (2001). *O trabalho migratório na agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia.
- Engels, F. (1984). *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira.
- Farré, A. (2009). Formas de investimento das poupanças no local de origem por emigrantes de Sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane). Em L. d. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco, *Protecção social: abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. (pp. 219-204). Maputo: IESE.
- Feijó, J. (2018). Investimentos Económicos, assimetrias socio-espaciais e movimentos migratórios. Em J. F. Raimundo, *Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos* (pp. 1-17). Maputo: Publifix.



- Feijó, J. (2018). *Pobreza, diferenciação social e (des)alianças políticas no meio rural- Observador rural n.º 61*. Maputo: Observatório do Meio rural.
- Feijó, J., & Agy, A. (2015). *Do modo de vida camponês à pluriactividade, impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural. Observador rural n.º.30*. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Feijó, J., & Ibraimo, M. (2016). Relações rural-urbano, Transferências pessoais e políticas públicas: Uma análise a partir de populações residentes na cidade de Maputo. Em L. d. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco, *Desafios para Moçambique 2016* (pp. 329-353). Maputo: IESE.
- Feijó, J., & Ibraimo, M. (2017). Dinâmicas de relacionamento com os contextos rurais de origem. Em J. Feijo, & I. Raimundo, *Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos* (pp. 85-111). Maputo: Publifix.
- First, R. (1998). *O Mineiro Moçambicano - um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane-relatório*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Francisco, A., Ali, R., & Ibraimo, Y. (11 de Novembro de 2010). Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique? *Ideias*, 32, p. 2.
- Frias, S. (2006). *Mulheres na esteira, homens na cadeira?-Mulheres, economia informal e mudança cultural*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- GdM, G. d. (17 de Fevereiro de 2015). Proposta de Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Maputo, Maputo, Moçambique: 4ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.
- Hintz, H. (17 de Junho de 2019 de Junho de 2001). *Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade*. Obtido de [http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551\\_hintz\\_novos\\_tempos,\\_novas\\_fam%C3%ADlias\\_-\\_complementar\\_8\\_abril.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos,_novas_fam%C3%ADlias_-_complementar_8_abril.pdf) [.
- Isaacmann, A. (1996). *Cotton is mother of poverty: pesants, work and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961*. Porsmouth, N.H: Heinemann.
- Junod, H. (1996). *Usos e costumes dos Bantu -Tomo I*. Maputo: Arquivo histórico de Moçambique.
- Kabeer, N. (2007). *Marriage, Motherhood and Masculinity in the Global Economy: Reconfigurations of Personal and Economic Life*. Brighton: IDS Working Paper.
- Loforte, A. (2000). *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Maputo: PROMÉDIA.
- Maffioli, D., Gabrielli, G., & Sacco, P. (2007). *Determinants of female family headship in Sub-Saharan Africa*. Arusha: Union of African Population Studies.
- Mandamule, U. (2016). *Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique - Observador rural n.º 37*. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Moçambique. (Abril de 2001). Plano de acção para a redução da pobreza absoluta -2001-2005. PARPA I. Maputo, Moçambique: Conselho de Ministros.

- Mosca, J. (2015). Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. Em J. Mosca, *Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique* (pp. 51-98). Maputo: Escolar Editora.
- Mundial, B. (3 de Julho de 2019 de 2018). *The World Bank*. Obtido de [/www.worldbank.org/pt/news/infographic/2018/11/14/mozambique-poverty-assessment-strong-but-not-broadly-shared-growth](http://www.worldbank.org/pt/news/infographic/2018/11/14/mozambique-poverty-assessment-strong-but-not-broadly-shared-growth): <http://documents.worldbank.org/curated/pt/600731554132409626/pdf/Overview.pdf>
- Mundial, B. (Abril de 2019). *The world Bank*. Obtido de Banco Mundial: [https://databank.worldbank.org/data/download/poverty/33EF03BB-9722-4AE2-ABC7-AA2972D68AFE/Global\\_POVEQ\\_MOZ.pdf](https://databank.worldbank.org/data/download/poverty/33EF03BB-9722-4AE2-ABC7-AA2972D68AFE/Global_POVEQ_MOZ.pdf)
- Negrão, J. (2000). Sistemas Costumeiros da Terra em Moçambique. Em S. B. Sousa, & J. C. Trindade, *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiça em Moçambique*. (pp. 1-43). Maputo/Coimbra: CEA/CES.
- Negrão, J. (2006). *Cem anos de economia da família rural africana*. Maputo: Texto Editores.
- Newitt, M. (1995). *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América. Lda.
- Osório, C., & Macuácuá, E. (2013). *Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamento, rupturas e confrontos, construindo identidades de género*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Tvedten, I. P. (2010). *Não fica bem que uma mulher seja chefe, enquanto existem homens: Género e Pobreza no Sul de Moçambique*. Bergen: CMI: CRN Michelsen Institute.
- Tvedten, I., Paulo, M., & Montserrat, G. (2008). *Políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique*. CMI: CRN Michelsen Institute.
- Valá, S. C. (2006). *Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chókwè (1950-2000): Conflitos de interesses entre o Estado e os agricultores*. Maputo: IPAD.
- Valá, S. C. (2019). *Economia moçambicana numa encruzilhada?: Políticas económicas, bolsas de valores e desenvolvimento territorial*. Maputo: Escolar Editora.
- Vletter, D. d. (2006). Migration an development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival. *SAMP Migration*, Series 43.

**LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL**

| <b>Nº</b> | <b>Título</b>   | <b>Autor(es)</b>                                    | <b>Ano</b>             |
|-----------|---|---|------------------------|
| 81        | Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios | Yasser Arafat Dadá , Yara Nova e Cerina Mussá       | Novembro de 2019       |
| <b>80</b> | <b>Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique</b>   | <b>João Mosca e Yara Nova</b>                       | <b>Outubro de 2019</b> |
| 79        | Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique  | Rabia Aiuba   | Setembro de 2019       |
| <b>78</b> | <b>Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo</b>                        | <b>Aleia Rachide Agy</b>                            | Agosto de 2019         |
| 77        | Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado   | Jerry Maquenzi                                      | Agosto de 2019         |
| <b>76</b> | <b>Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado</b>  | <b>Jerry Maquenzi e João Feijó</b>                  | <b>Julho de 2019</b>   |
| 75        | A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir  | Jerry Maquenzi e João Feijó                         | Junho de 2019          |
| <b>74</b> | <b>Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial</b>  | <b>Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá</b> | <b>Maió de 2019</b>    |
| 73        | Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações  | Nelson Capaina                                      | Abril de 2019          |
| 72        | Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.  | Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane               | Março de 2019          |
| 71        | Evolução dos preços dos bens alimentares 2018   | Yara Nova   | Fevereiro de 2019      |
| <b>70</b> | <b>A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do <i>Hinterland</i></b>   | <b>Thomas Selemane</b>                              | <b>Janeiro de 2019</b> |
| 69        | Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo   | Rabia Aiuba e Yara Nova                             | Dezembro de 2018       |
| 68        | Médios produtores comerciais no Corredor da Beira: Dimensão do fenómeno e caracterização social   | João Feijó e Yasser Arafat Dadá                     | Novembro de 2018       |
| <b>67</b> | <b>Pólos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de nacala-porto</b>   | <b>Yasser Arafat Dadá e Yara Nova</b>               | <b>Outubro de 2018</b> |
| 66        | Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique   | Rabia Aiuba   | Setembro de 2018       |
| 65        | Agro-negócio e campeonato. Continuidade e descontinuidade De Longa Duração. O Caso de Moçambique.   | João Mosca  | Agosto de 2018         |
| <b>64</b> | <b>Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)</b>   | <b>Cerina Mussá e Yasser Dadá</b>                   | <b>Julho de 2018</b>   |
| 63        | Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo  | Aleia Rachide Agy                                   | Junho de 2018          |
| <b>62</b> | <b>Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias</b>  | <b>Márriam Abbas</b>                                | <b>Maió de 2018</b>    |
| 61        | Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural  | João Feijó  | Abril de 2018          |

| Nº | Título  | Autor(es)                                       | Ano                     |
|----|---|---|-------------------------|
| 60 | <b>Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017</b>  | <b>Yara Nova</b>                                | <b>Março de 2018</b>    |
| 59 | Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor   | Yara Pedro Nova                                 | Fevereiro de 2018       |
| 58 | <b>Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia</b> | <b>Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa</b>       | <b>Novembro de 2017</b> |
| 57 | <b>Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia</b>   | <b>Nelson Capaina</b>                           | <b>Outubro de 2017</b>  |
| 56 | A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique  | Thomas Selemane                                 | Setembro de 2017        |
| 55 | <b>Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?</b>   | <b>Máriam Abbas</b>                             | <b>Agosto de 2017</b>   |
| 54 | A inflação e a produção agrícola em Moçambique  | Soraya Fenita e Máriam Abbas                    | Julho de 2017           |
| 53 | <b>Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique</b>   | <b>Natacha Bruna</b>                            | <b>Junho de 2017</b>    |
| 52 | Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais  | Yara Pedro Nova                                 | Junho de 2017           |
| 51 | <b>Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota</b>   | <b>Yasser Arafat Dadá</b>                       | <b>Mai de 2017</b>      |
| 50 | Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza   | Aleia Rachide Agy                               | Abril de 2017           |
| 49 | <b>Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique</b>   | <b>Nelson Capaina</b>                           | <b>Março de 2017</b>    |
| 48 | Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota   | Momade Ibraimo                                  | Março de 2017           |
| 47 | Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia  | João Mosca                                      | Fevereiro de 2017       |
| 46 | <b>Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.</b>   | <b>Uacitissa Mandamule</b>                      | <b>Novembro de 2016</b> |
| 45 | Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados   | Thomas Selemane                                 | Outubro de 2016         |
| 44 | <b>Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete</b>   | <b>João Feijó</b>                               | <b>Setembro de 2016</b> |
| 43 | Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo  | João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo | Agosto de 2016          |
| 42 | <b>Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique</b>  | <b>João Mosca e Máriam Abbas</b>                | Julho de 2016           |
| 41 | Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos  | João Mosca e Natacha Bruna                      | Junho de 2016           |
| 40 | <b>Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique</b>   | <b>Mota Lopes</b>                               | <b>Mai de 2016</b>      |
| 39 | Zambézia: Rica e Empobrecida  | João Mosca e Yara Nova                          | Abril de 2016           |

| Nº | Título  | Autor(es)   | Ano                      |
|----|---|---|--------------------------|
| 38 | <b>Exploração artesanal de ouro em Manica</b>   | <b>António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca</b>                  | <b>Março de 2016</b>     |
| 37 | Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique   | Uacitissa Mandamule   | Fevereiro de 2016        |
| 36 | <b>Políticas públicas e agricultura</b>   | <b>João Mosca e Máriam Abbas</b>                                    | <b>Janeiro de 2016</b>   |
| 35 | Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural  | Luis Artur  | Dezembro de 2015         |
| 34 | <b>A política monetária e a agricultura em Moçambique</b>   | <b>Máriam Abbas</b>   | <b>Novembro de 2015</b>  |
| 33 | A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique   | Luis Artur e Arsénio Jorge  | Outubro de 2015          |
| 32 | <b>Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique</b>  | <b>Uacitissa Mandamule</b>  | <b>Setembro de 2015</b>  |
| 31 | Prosavana: discursos, práticas e realidades   | João Mosca e Natacha Bruna  | Agosto de 2015           |
| 30 | <b>Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural</b>   | <b>João Feijó e Aleia Rachide</b>                                   | <b>Julho de 2015</b>     |
| 29 | Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho   | Natacha Bruna   | Junho de 2015            |
| 28 | <b>Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra</b>  | <b>Eduardo Chiziane</b>   | <b>Mai de 2015</b>       |
| 27 | Relações Transfronteiriças de Moçambique  | António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca                     | Abril de 2015            |
| 26 | <b>Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique</b>  | <b>Máriam Abbas</b>   | <b>Abril de 2015</b>     |
| 25 | Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba   | Nelson Capaina  | Março de 2015            |
| 24 | <b>Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas</b>   | <b>João Mosca</b>   | <b>Fevereiro de 2015</b> |
| 23 | Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love   | Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins      | Dezembro de 2014         |
| 22 | <b>Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra</b>   | <b>Eduardo Chiziane</b>   | <b>Novembro de 2014</b>  |
| 21 | Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios  | António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca                     | Outubro de 2014          |
| 20 | <b>Influência das taxas de câmbio na agricultura</b>  | <b>João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira</b>        | <b>Setembro de 2014</b>  |
| 19 | Competitividade do Algodão Em Moçambique  | Natacha Bruna   | Agosto de 2014           |
| 18 | <b>O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula</b> | <b>Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia</b> | <b>Julho de 2014</b>     |
| 17 | Competitividade do subsector do caju em Moçambique  | Máriam Abbas  | Junho de 2014            |
| 16 | <b>Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala</b>  | <b>António Manuel Júnior</b>  | <b>Mai de 2014</b>       |

| Nº        | Título   | Autor(es)  | Ano                     |
|-----------|--|--|-------------------------|
| 15        | Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa  | Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior           | Abril de 2015           |
| <b>14</b> | <b>Investimento no sector agrário</b>  | <b>João Mosca e Yasser Arafat Dadá</b>                               | <b>Março de 2014</b>    |
| 13        | Subsídios à Agricultura  | João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá                | Fevereiro de 2014       |
| <b>12</b> | <b>Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingeremann</b>  | <b>Sayaka Funada-Classen</b>   | <b>Dezembro de 2013</b> |
| 11        | Crédito Agrário  | João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá | Novembro de 2013        |
| <b>10</b> | <b>Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation</b> | <b>Emelie Blomgren e Jessica Lindkvist</b>                           | <b>Outubro de 2013</b>  |
| 9         | Orçamento do estado para a agricultura   | Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat                  | Setembro de 2013        |
| <b>8</b>  | <b>Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages</b>   | <b>Peter E. Coughlin, Nícia Givá</b>                                 | <b>Julho de 2013</b>    |
| 7         | Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA   | Dipac Jaiantilal   | Junho de 2013           |
| <b>6</b>  | <b>Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique</b>  | <b>Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes</b>         | <b>Mai de 2013</b>      |
| 5         | Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola  | João Mosca e Yasser Arafat Dadá                                      | Abril de 2013           |
| <b>4</b>  | <b>Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.</b>  | <b>João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá</b>                | <b>Março de 2013</b>    |
| 3         | Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.   | João Mosca e Máriam Abbas  | Janeiro de 2013         |
| <b>2</b>  | <b>Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?</b>   | <b>João Mosca e Natacha Bruna</b>                                    | <b>Novembro de 2012</b> |
| 1         | Porque é que a produção alimentar não é prioritária?   | João Mosca   | Setembro de 2012        |

### **Como publicar:**

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o *e-mail* do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por *e-mail*, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

### **Regras de publicação:**

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisor(es).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar

Maputo – Moçambique

**[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)**